

Bonfante Energética S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2020 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Bonfante Energética S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Bonfante Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bonfante Energética S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e sua firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 8 de fevereiro de 2021


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG


Daniel de Carvalho Primo
Contador
CRC nº MG 076441/O-9

BONFANTE ENERGÉTICA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVOS</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Aplicações financeira	8	2.139	1.292	Fornecedores		273	58
Contas a receber de clientes	9	4.213	2.554	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		143	113
Impostos a recuperar		250	216	Impostos e contribuições a recolher	15	153	137
Despesas antecipadas	10	232	910	Provisão para férias e 13º salário		155	98
Outros ativos circulantes		<u>6</u>	<u>3</u>	Receita diferida	17	248	11.202
Total dos ativos circulantes		<u>6.840</u>	<u>4.975</u>	Provisões para compromissos futuros	16	205	184
				Dividendos a pagar	14 e 18 (c)	8.161	16.444
				Outros passivos		<u>734</u>	<u>-</u>
				Total dos passivos circulantes		<u>10.072</u>	<u>28.236</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE							
Impostos e contribuições diferidas	21	17	754	PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Depósitos judiciais	11	54	52	Provisões para compromissos futuros	16	<u>2.626</u>	<u>2.420</u>
Imobilizado	12	73.945	76.295	Total dos passivos não circulantes		<u>2.626</u>	<u>2.420</u>
Intangível	13	<u>296</u>	<u>324</u>				
Total dos ativos não circulantes		<u>74.312</u>	<u>77.425</u>	Total dos passivos		<u>12.698</u>	<u>30.656</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18		
				Capital social		36.645	36.645
				Reservas de lucros		<u>31.809</u>	<u>15.099</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>68.454</u>	<u>51.744</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>81.152</u>	<u>82.400</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>81.152</u>	<u>82.400</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BONFANTE ENERGÉTICA S.A.**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO****PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020****(Valores expressos em milhares reais - R\$, exceto o lucro por ação e a quantidade de ações)**

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	19	42.938	27.631
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA			
Custos com depreciação e amortização	12 e 13	(2.873)	(2.725)
Prêmio risco (repactuação risco hidrológico)	1.2	(1.572)	(1.674)
Custos com pessoal		(1.156)	(1.408)
Custos com manutenção		(788)	(1.910)
Tarifa de uso sistemas elétricos de distribuição (TUSD)		(224)	(215)
Custos com seguros		(308)	(144)
Custos com operação		(128)	(157)
Taxas setoriais		(58)	(58)
Custos com meio ambiente		(6)	(5)
Outros custos		(8)	(11)
Total do custo das vendas de energia		(7.121)	(8.307)
LUCRO BRUTO		35.817	19.324
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal e administradores		(814)	(216)
Administrativas e gerais		(391)	(79)
Outras despesas operacionais		(51)	(31)
Resultado na alienação de ativos		-	(3)
		(1.256)	(329)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		34.561	18.995
RESULTADO FINANCEIRO	20		
Despesas financeiras		(29)	(37)
Receitas financeiras		46	190
Total do resultado financeiro		17	153
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		34.578	19.148
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	21		
Corrente		(1.027)	(770)
Diferido		(337)	(154)
		(1.364)	(924)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		33.214	18.224
Lucro básico e diluído por ação ordinária - R\$		1,27	0,70
Quantidade ponderada de ações		26.087.840	26.087.840

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BONFANTE ENERGÉTICA S.A.

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	33.214	18.224
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>33.214</u>	<u>18.224</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BONFANTE ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto os dividendos por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Dividendos adicionais		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		36.645	5.844	13.068	-	55.557
Dividendos adicionais distribuídos referentes a 2018 (R\$0,50 por ação)		-	-	(13.068)	-	(13.068)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	18.224	18.224
Destinações:						-
Reserva legal	18 (b) e (c)	-	911	-	(911)	
Dividendos distribuídos referentes a 2019 (R\$0,34 por ação)	18 (c)	-	-	-	(8.969)	(8.969)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,32 por ação)	18 (c)	-	-	8.344	(8.344)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		36.645	6.755	8.344	-	51.744
Dividendos adicionais distribuídos referentes a 2019 (R\$0,32 por ação)		-	-	(8.344)	-	(8.344)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	33.214	33.214
Destinações:						
Reserva legal	18 (b) e (c)	-	574	-	(574)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,31 por ação)	18 (c)	-	-	-	(8.160)	(8.160)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,94 por ação)	18 (c)	-	-	24.480	(24.480)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		36.645	7.329	24.480	-	68.454

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BONFANTE ENERGÉTICA S.A.**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		34.578	19.148
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível	12 e 13	7	3
Reversão no custo em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado		2	(69)
Atualização financeira sobre depósitos judiciais	20	(4)	(2)
Atualização financeira sobre aplicações financeiras	20	(42)	(188)
Atualização financeira sobre compromissos futuros	20	23	27
Depreciação e amortização	12 e 13	2.873	2.725
Amortização prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	1.2	837	1.674
Constituição do ajuste MRE	19	1.586	3.549
Reversão da garantia física	17	(11.588)	-
Realização de receita diferida	17	(952)	(8.534)
PIS e COFINS diferido sobre ajuste MRE	21	400	181
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes	9	(1.659)	1.471
Impostos a recuperar		(34)	34
Despesas antecipadas	10	(159)	(4)
Outros ativos		(4)	-
Fornecedores		215	18
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		32	24
Impostos e contribuições a recolher		(732)	(590)
Provisão de férias e 13º salário		57	(7)
Pagamento compromissos futuros	16	(167)	(114)
Outros passivos		<u>735</u>	<u>(38)</u>
Caixa gerado nas operações		26.004	19.308
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		<u>(280)</u>	<u>(187)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>25.724</u>	<u>19.121</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aplicações em aplicações financeiras		(29.005)	(4.060)
Resgate em aplicações financeiras		28.200	2.956
Depósitos judiciais		-	10
Aquisição de imobilizado e intangível		<u>(132)</u>	<u>(301)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(937)</u>	<u>(1.395)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Dividendos pagos	18 (c)	<u>(24.787)</u>	<u>(21.991)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		<u>(24.787)</u>	<u>(21.991)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>-</u>	<u>(4.265)</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do exercício		-	4.265
No fim do exercício		-	-
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>-</u>	<u>(4.265)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BONFANTE ENERGÉTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Bonfante Energética S.A. ("Companhia" ou "Bonfante") é uma subsidiária direta da PCHPAR - PCH Participações S.A. e indireta da Brasil PCH S.A. e foi constituída em 10 de agosto de 2004 como sociedade por ações de capital fechado, com sede na Avenida Prudente de Moraes, 1250, 10º e 11º andares, Coração de Jesus, Belo Horizonte - MG.

A Companhia tem como objeto social o propósito específico (Sociedade de Propósito Específico - SPE) de implantar e explorar o potencial hidráulico de Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e comercializar energia elétrica nela gerada. A Bonfante poderá, ainda, exercer todas as ações que possam, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, ser vinculadas ao seu propósito específico.

A Companhia possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica, concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através das Resoluções nº 357/2001 e nº 132/2005, para funcionar como PCH pelo prazo de 30 anos e está localizada no Rio Paraibuna, no município de Simão Pereira, em Minas Gerais, com capacidade instalada de 19 MW e uma linha de transmissão em 138 kV com de 1,25 km de extensão.

A contratação de energia gerada é feita pelo Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), que determina que a Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRAS) seja o agente representante das PCHs na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), responsável pela contratação de toda energia gerada, obrigando a celebração de contratos de compra e venda de energia, pelo prazo de 20 anos a contar do mês de julho de 2008.

Em 2 de agosto de 2008, através do Despacho ANEEL nº 2.865, a Companhia obteve autorização para iniciar a comercialização da energia gerada, com potência instalada de 19 MW, atingindo, assim, sua capacidade total em operação de 19 MW e garantia física de 13,48 MW médios. O término de sua autorização se dará em 27 de agosto de 2031.

As informações sobre capacidade instalada e em operação, garantia física e quilômetros de extensão, não foram examinadas pelos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2020, os números mostram no balanço patrimonial capital circulante líquido negativo, no montante de R\$3.232 (R\$23.261 em 31 de dezembro de 2019). A Administração entende que não existe risco de continuidade operacional, visto que o fluxo de suas receitas é estável e conhecido a partir da comercialização da energia no âmbito do PROINFA, sendo suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

1.1. Mecanismo de Realocação de Energia (MRE)

A Companhia fez opção por participar do MRE, tendo, portanto, compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de serem todas inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à ELETROBRAS, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das PCHs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

Desta forma, os ajustes referentes ao exercício de 2019 foram descontados do faturamento da Bonfante, em 12 parcelas ao longo do exercício de 2020, no montante de R\$952, referente aos ajustes totais do contrato PROINFA no âmbito do MRE, com aplicação do reajuste do contrato nas parcelas a partir de junho de 2020.

1.2. Repactuação do Risco Hidrológico (RRH)

A Companhia aderiu à RRH nos termos da Lei nº 13.203/2015 e Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor. Nesta opção, o gerador do MRE transfere integralmente o risco hidrológico dos contratos regulados de venda de energia mediante pagamento de prêmio de risco de R\$9,50/MWh (data-base janeiro/2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até o final desses contratos.

O montante da exposição ao contrato repactuado, líquido do prêmio na data-base de 31 de dezembro de 2019, era de R\$837 (vide nota explicativa nº 10). Este montante foi reconhecido no ativo como despesa paga antecipada e foi apropriado ao resultado na rubrica "Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)" até junho de 2020. Em julho de 2020, a Eletrobrás informou à Companhia que o prêmio seria efetivado mediante desconto no primeiro pagamento do faturamento mensal, no próprio mês de sua realização, não sendo, portanto, aplicado o desconto do faturamento conforme inicialmente informado aos agentes do PROINFA.

Em 24 de agosto de 2020, a Companhia apresentou notificações de controvérsia à Eletrobrás, manifestando a discordância com o procedimento adotado pela empresa no que se refere ao desconto do valor do Prêmio de Risco Hidrológico ("PRH") no pagamento da primeira parcela da fatura do mês correspondente (julho/20).

Em 21 de setembro de 2020, a Eletrobrás se pronunciou sobre as notificações de controvérsias, informando que encaminhou o assunto para a análise da sua área jurídica e tributária, e também está avaliando a necessidade de realização de Consulta à ANEEL para que a mesma se pronuncie.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia constituiu uma provisão no passivo circulante na rubrica "outros passivos" em contrapartida à rubrica de "prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)" (no resultado do exercício), no montante de R\$734.

1.3. Revisão da garantia física

Em 23 de junho de 2015 o Tribunal Regional Federal da 1ª Região julgou procedente o pedido da ABRAGEL de suspensão das portarias do MME que reduziram a garantia física das centrais não despachadas no período de 2010 a 2015, com base no artigo 6º, incisos I e II da Portaria MME nº 463/2009.

O MME restabeleceu, por meio da Portaria SPE/MME nº 267/2015, a garantia física da PCH aos seus montantes originais, bem como suspendeu o mecanismo automático de revisão extraordinária de garantia física por meio da portaria MME Nº376/2015.

Em 28 de junho 2019, foi proferida sentença favorável em 1ª instância da liminar obtida em junho de 2015 pela ABRAGEL, onde o magistrado julgou procedente o pedido da autora de não sofrer revisões de garantia física "automática", conforme Portaria MME 463/2009, bem como anular as Portarias publicadas antes do pedido da referida liminar, retrocedendo seus efeitos e reestabelecendo a garantia física original dos empreendimentos. Adicionalmente, a sentença solicita que seja comunicado à CCEE a respectiva decisão para que a mesma promova a recontabilização de todo o período afetado, ajustando adequadamente as posições dos agentes afetados.

Em função das garantias físicas estarem vigentes em seus montantes originais devido a decisões judiciais, os contratos PROINFA retornaram nos montantes originais de energia contratada.

Diante das decisões judiciais favoráveis conforme descritas acima, a Companhia, solicitou aos seus assessores jurídicos parecer específico sobre a ação judicial em curso (ABRAGEL). Com base na análise efetuada pela Administração, suportada pela opinião de seus assessores jurídicos sobre as ações judiciais para questionar o procedimento automático de revisão extraordinária de garantia física na portaria MME 463/2009, a Companhia concluiu que os valores anteriormente reconhecidos como receita diferida deveriam ser apropriados ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 em contrapartida da rubrica "receita líquida", no montante de R\$11.588, uma vez que os critérios de reconhecimento de receita estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente foram atingidos neste exercício.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

2.2. Bases de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando esperado que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, em uma das seguintes categorias a seguir, de acordo com sua natureza e finalidade: (i) a valor justo por meio do resultado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) custo amortizado. A Companhia considerou dois fatores para definir a classificação dos ativos financeiros: o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

São classificados no reconhecimento inicial ao: (i) custo amortizado; ou (ii) mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações, quando aplicável. Na data do balanço, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos das amortizações das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações são liquidadas, extintas e canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a soma da contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Os passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e designados como tais no reconhecimento inicial. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Compensação de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros somente são compensados quando a Companhia possui o direito contratual e a intenção de liquidar os instrumentos financeiros em base líquida ou simultaneamente.

b) Imobilizado

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos), deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

c) Depreciação

A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início das operações das controladas indiretas da Companhia, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009, 474, de 7 de fevereiro de 2012 e 731 de 23 de agosto de 2016 que, no entendimento da Administração, se aproximam das vidas úteis destes ativos.

Para os móveis e utensílios e computadores e periféricos, a taxa de depreciação linear é definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e do que consta na Resolução de autorização para estabelecimento como produtora independente, concedida pela ANEEL, ao final do prazo dessa autorização que é de 30 anos, caso não seja renovada, o valor residual dos bens deverá ser indenizado à Companhia.

A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, no regime de produtora independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta anos (vide nota explicativa nº 1), podendo ser prorrogada por igual período, conforme Lei 12.783/2013 e Decreto 9.158/2017. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

A Companhia mediante seus órgãos técnicos reexaminou a metodologia de cálculo das taxas de depreciação utilizadas pelas controladas indiretas da Companhia, com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCPSE, com respaldo nas autorizações concedidas, bem como no previsto na lei 13.360/2016, no Decreto 9158/2017, Nota Técnica ANEEL 062/2018 e na Resolução Normativa ANEEL nº 859/2019, resta claro que está facultado às empresas, a prorrogação do prazo de suas outorgas por período adicional de 30 (trinta) anos, uma única vez, mediante o pagamento pelo Uso do Bem Público e recolhimento da Compensação Financeira Pelo Uso dos Recursos Hídricos.

Portanto, no caso dos empreendimentos das controladas indiretas da Companhia, não há, no momento atual, qualquer indício que recomende a modificação das suas práticas contábeis utilizada para depreciação dos ativos, tendo em vista que os ativos possuem vida útil superior aos prazos das outorgas, que, por sua vez, serão renovadas a partir do ano de 2028, mediante procedimentos e critérios já definidos na legislação, já devidamente regulamentados. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos das Empresas à Resolução Normativa ANEEL Nº 674/2015, que aprovou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE.

Vida útil

Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	50 anos

d) Intangível

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que possuem vida útil econômica definida, conforme demonstrados na nota explicativa nº 13, são amortizados levando-se em consideração sua vida útil, que reflete o benefício econômico dos referidos ativos intangíveis.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

e) Valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

f) Provisões para compromissos futuros e outras

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável (vide nota explicativa nº 16).

g) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

h) Receita operacional

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

A receita é reconhecida quando a energia é gerada e os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A titularidade legal é transferida, conforme determinações legais do contrato de suprimento de energia elétrica, ou seja, todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade e é provável que benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia.

Para as contraprestações variáveis, uma receita somente é reconhecida na medida em que for considerado altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas não deva ocorrer.

i) Receita diferida

Os Contratos de Compra e Venda de Energia, celebrados entre a Companhia e a ELETROBRAS, estabelecem que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da CCEE. A parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração será compensada nas faturas mensais do ano subsequente, em 12 parcelas.

j) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, despesas com juros sobre financiamentos. Os custos de financiamentos são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

k) Imposto de renda e contribuição social

O regime fiscal adotado pela Companhia foi do lucro presumido. Com base nesse critério, o resultado para fins de imposto de renda e contribuição social da Companhia foi calculado aplicando-se sobre a receita as alíquotas definidas para sua atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (25% para imposto de renda e 9% para contribuição social).

l) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas suas demonstrações no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

m) Lucro por ação

O lucro básico por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios apresentados. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o lucro básico por ação, motivo pelo qual o lucro básico por ação é igual ao lucro por ação diluído.

n) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa os investimentos em aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e sujeito a risco insignificante de mudança de valor justo.

o) Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados.

Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020

As normas brasileiras de relatório financeiro novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas novas e revisadas normas, aplicáveis a Companhia, não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior.

Pronunciamento	Descrição
Alterações às Referências à Estrutura Conceitual nas Normas do CPC	A Companhia adotou as alterações incluídas nas Alterações às Referências à Estrutura Conceitual nas Normas do CPC pela primeira vez no exercício corrente. As alterações incluem as alterações subsequentes às Normas afetadas de modo que elas se referem à nova Estrutura. Porém, nem todas as alterações, atualizam esses pronunciamentos com relação às referências e citações contidas na Estrutura de modo que elas se referem à Estrutura Conceitual revisada. Alguns pronunciamentos são atualizados apenas para indicar a qual versão da Estrutura eles se referem (a Estrutura do IASB adotada pelo IASB em 2001, a Estrutura do IASB de 2010, ou a nova Estrutura revisada de 2018) ou para indicar que as definições na Norma não foram atualizadas com as novas definições desenvolvidas na Estrutura Conceitual revisada.
Alterações à CPC 26 e CPC 23 – Definição de Material	A Companhia adotou as alterações ao CPC 26 e CPC 23 pela primeira vez no exercício corrente. O objetivo das alterações é facilitar o entendimento da definição do que é material no CPC 26 e não o de alterar o conceito subjacente de materialidade nas Normas do CPC. O conceito de "ocultação" de informações materiais com o conceito de informações imateriais foi incluído como parte da nova definição. Não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.
Alterações CPC 15 – Definição de Negócios	A Companhia adotou as alterações ao CPC 15 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações esclarecem que ainda que os negócios normalmente apresentem outputs ("produtos"), os produtos não são necessários para um conjunto integrado de atividades e ativos para se qualificarem como negócios. Para serem considerados como um negócio, um conjunto adquirido de atividades e ativos deve incluir no mínimo um insumo e um processo substantivo que em conjunto contribuem significativamente para a capacidade de criar produtos. Não houve impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.
Impacto da adoção inicial das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência ao CPC 48 e CPC 40	As taxas interbancárias oferecidas (IBORs) são taxas de referência de juros, tais como LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Porém, devido a recentes discussões no mercado colocaram em questão a viabilidade de longo prazo desses benchmarks. Desta forma, em setembro de 2019, o IASB emitiu Reforma da Taxa de Juros de Referência (Alterações aos CPC 48 e CPC 40). Essas alterações modificam as exigências específicas de contabilização de hedge para permitir a manutenção da contabilização de hedge para hedges afetados durante o período de incerteza antes que os itens objetos de hedge ou instrumentos de hedge afetados pelas taxas de juros de referência atuais sejam alterados em virtude das reformas contínuas das taxas de juros de referência. Não houve impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.
Impacto da aplicação inicial da Alteração ao CPC 06 — Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19	Em maio de 2020, o IASB emitiu a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (Alterações ao CPC 06) que estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19, ao introduzir um expediente prático para ao CPC 06. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando o CPC 06 como se a mudança não fosse uma modificação de arrendamento. Não houve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as novas normas e revisadas a seguir, as quais já estão emitidas e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição
IFRS 17	Contratos de Seguros
IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture
Alterações à IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual
Alterações à IAS 16	Imobilizado—Recursos Antes do Uso Pretendido
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato
Ciclo 2018-2020 de melhorias às normas IFRS	Alterações à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, IFRS 16 - Arrendamentos, e IAS 41 - Agricultura

4. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia avaliou e considerou relevante a exposição aos seguintes riscos:

- Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. As contas a receber de clientes são formadas por um único cliente - ELETROBRAS via contrato de compra de energia, firmado no âmbito do PROINFA pelo prazo de 20 anos, não havendo histórico de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição significativa da Companhia a riscos de crédito ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 9.

- Risco de mercado

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia avalia que os riscos das aplicações financeiras são baixos, por serem realizadas em bancos de reconhecida liquidez e remuneradas a taxas de mercado que variam entre 94,79% e 137,79% do CDI, conforme apresentado na nota explicativa nº 8. A Companhia administra e mensura esses riscos através do planejamento de fluxo de caixa realizado.

A Companhia não possui operações contratadas em moeda estrangeira. Desta forma, não está sujeita a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

- Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção da sua usina de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e de manutenção corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações, bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

Para prevenir impactos de eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de risco operacional, conforme nota explicativa nº 23.

- Risco de liquidez

A Companhia utiliza o controle do custeio para auxiliar no monitoramento de exigências do fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Todo decêndio é estimado o desembolso em comparação com a sua entrada de caixa.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Companhia possui capital circulante líquido negativo, no entanto, a Administração entende que não existe risco de continuidade operacional, visto que a Companhia possui, no âmbito do PROINFA, fluxo de caixa estável, previsível em montante suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

Tabela do risco de liquidez

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os passivos financeiros não derivativos da Companhia apresentam prazo de amortização de 1 a 3 meses e os valores esperados de liquidação se aproximam aos valores contábeis.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período.

	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 8 anos	Total
Fornecedores	273	-	-	273
Total	273	-	-	273

- Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para preservar a confiança do investidor, credor e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da empresa através do acompanhamento mensal da realização orçamentária aprovada pelo Conselho de Administração.

A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Diretoria.

- Risco hidrológico

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), cada usina hidrelétrica, incluindo a da Companhia, está sujeita aos efeitos das variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País, enquanto participantes do MRE.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição dos respectivos CCVE-PROINFA das usinas da Companhia, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE. Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1.1 e 1.2 a Companhia realizou a opção pela repactuação do risco hidrológico em contrapartida ao pagamento de prêmio, como forma de mitigar sua exposição ao mercado de energia de curto prazo.

5. RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA

PCH	Resolução ANEEL	Data da resolução	Prazo da autorização	Capacidade de produção instalada (MW)
Bonfante	357	28/08/2001	30 anos	19

6. COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Compradora	Valores				Prazos			
	Valor original do contrato (em milhões de reais)	Energia anual contratada MWh	Preço histórico R\$ MWh	Preço atualizado R\$ MWh (*)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
ELETOBRAS	R\$ 281.272	115.893	121,35	305,29	Jul.-08	Jul.-28	IGP-M	Junho

(*) Base junho/2020.

7. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS APRESENTADAS

Na aplicação das políticas contábeis a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- (i) Redução ao valor recuperável dos ativos: a Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado e ativo intangível.
- (ii) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado: a Companhia determina a vida útil e o valor residual com base no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico ("MCPSE") conforme resolução normativa 674/2015 da ANEEL, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são consideradas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação, ao final do prazo de autorização de 30 anos, caso não seja renovado, o valor residual dos bens deverá ser indenizado à Companhia.
- (iii) Provisões para compromissos futuros: as provisões para compromissos futuros são reconhecidas, principalmente, com base em custos estimados de desapropriação e reflorestamento de áreas próximas às instalações das usinas geradoras de energia elétrica. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como decisões de tribunais, e exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos.
- (iv) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são reconhecidos em contrapartida aos efeitos negativos do ajuste de realocação de energia - MRE, registrados nas empresas controladas.

- (v) Receita diferida: reconhecida em contrapartida aos ajustes de realocação de energia, cujo impacto financeiro ocorre no ano seguinte em 12 parcelas, conforme mencionado nas notas explicativas nº 1.1 e nº 1.2 acima. A provisão é revisada e ajustada anualmente para levar em conta alterações nos dados disponibilizados pela CCEE para a Eletrobras.

8. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Aplicações financeiras

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fundos de investimentos em renda fixa (i)	<u>2.139</u>	<u>1.292</u>
	<u>2.139</u>	<u>1.292</u>

- (i) Referem-se a aplicações financeiras de liquidez imediata em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil e são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 94,79% a 137,79% (em 2019, 83,86% a 96,53%) do CDI. Referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para classificação como equivalentes de caixa.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia, líquido dos respectivos impostos retidos na fonte no montante de R\$4.213 em 31 de dezembro de 2020 (R\$2.554 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia registra o valor a receber referente à energia contratada pelo PROINFA.

De acordo com o contrato celebrado com a ELETROBRAS os pagamentos são realizados em 3 parcelas iguais e consecutivas no dia 20 e 30 do mês subsequente ao faturamento e no dia 10 do segundo mês subsequente ao faturamento.

A partir de julho de 2020, com o início do pagamento do prêmio de risco hidrológico, a Eletrobrás passou a descontar do pagamento da primeira parcela da fatura do mês correspondente, e não como ajuste financeiro no faturamento conforme previsto no contrato PROINFA no âmbito do MRE, permanecendo em 31 de dezembro de 2020, na rubrica contas a receber o valor R\$613, até que a controvérsia seja dirimida com a Eletrobrás (vide NE 1.2).

A Companhia não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base tanto nas características do PROINFA quanto em sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas, valendo destacar a neutralidade garantida à ELETROBRAS como administradora do programa.

10. DESPESAS ANTECIPADAS

Estão registradas as despesas pagas antecipadamente, ainda não apropriadas, tais como prêmios de seguros e repactuação do risco hidrológico.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prêmio de seguros (a)	232	73
Prêmio de repactuação risco hidrológico (b)	-	837
Total	<u>232</u>	<u>910</u>

- (a) Refere-se a prêmios de seguros pagos por contratação de apólices de seguros e são reconhecidos no resultado do exercício mensalmente pelo prazo de vigência de cada uma das apólices.
- (b) Refere-se ao valor de repactuação do risco hidrológico já descontado da ELETROBRAS apropriado no período de janeiro a junho de 2020 (vide notas explicativas nº 1.1, nº 1.2 e nº 17).

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Desapropriações e servidões (a)	<u>54</u>	<u>52</u>
	<u>54</u>	<u>52</u>

- (a) A Companhia é autora de processos judiciais, nos quais reivindica a posse definitiva de terrenos por desapropriação ou servidão. Estes terrenos estão sendo utilizados nas instalações das PCHs, das linhas de transmissão de interesse restrito. Quando a posse definitiva desses terrenos for legalmente transferida para a Companhia, o valor dos respectivos depósitos, quando levantados, será atribuído aos terrenos adquiridos que serão contabilizados como ativo imobilizado

12. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	<u>Taxa de depreciação</u>	<u>Custo histórico</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Terrenos	-	1.790	-	1.790	1.876
Turbina hidráulica	2,50%	25.599	(6.499)	19.100	19.715
Conduto forçado	3,13%	381	(107)	274	275
Gerador	3,33%	12.648	(4.900)	7.748	8.123
Comporta	3,33%	5.292	(2.030)	3.262	3.427
Subestação unitária	3,57%	8.682	(3.821)	4.861	5.171
Estrutura de tensão	3,57%	753	(275)	478	501
Casa de força produção hidráulica	2,00%	27.339	(6.741)	20.598	21.145
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	15.272	(3.469)	11.803	11.881
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	6.715	(2.759)	3.956	4.106
Imobilizado em curso	-	75	-	75	75
		<u>104.546</u>	<u>(30.601)</u>	<u>73.945</u>	<u>76.295</u>

b) Movimentação do imobilizado

2020

	<u>31/12/2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências (*)</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Custo</u>					
Terrenos	1.876	14	(7)	(93)	1.790
Turbina hidráulica	25.568	-	-	31	25.599
Conduto forçado	366	-	-	15	381
Gerador	12.594	25	-	29	12.648
Comporta	5.271	-	-	21	5.292
Subestação unitária	8.682	-	-	-	8.682
Estrutura de tensão	753	-	-	-	753
Casa de força produção hidráulica	27.339	-	-	-	27.339
Reservatório, barragem, adutora	15.061	211	-	-	15.272
Outras máquinas e equipamentos	6.607	71	-	37	6.715
Imobilizado em curso	75	-	-	-	75
	<u>104.192</u>	<u>321</u>	<u>(7)</u>	<u>40</u>	<u>104.546</u>
<u>(-) Depreciação</u>					
Turbina hidráulica	(5.853)	(646)	-	-	(6.499)
Conduto forçado	(91)	(16)	-	-	(107)
Gerador	(4.471)	(429)	-	-	(4.900)
Comporta	(1.844)	(186)	-	-	(2.030)
Subestação unitária	(3.511)	(310)	-	-	(3.821)
Estrutura de tensão	(252)	(23)	-	-	(275)
Casa de força produção hidráulica	(6.194)	(547)	-	-	(6.741)
Reservatório, barragem, adutora	(3.180)	(289)	-	-	(3.469)
Outras máquinas e equipamentos	(2.501)	(258)	-	-	(2.759)
	<u>(27.897)</u>	<u>(2.704)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(30.601)</u>
Imobilizado líquido	<u>76.295</u>	<u>(2.383)</u>	<u>(7)</u>	<u>40</u>	<u>73.945</u>

(*) Transferências entre contas do ativo imobilizado e contas do ativo intangível.

2019

	<u>31/12/2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Custo</u>				
Terrenos	1.504	372	-	1.876
Turbina hidráulica	25.460	108	-	25.568
Conduto forçado	366	-	(1)	366
Gerador	12.595	-	-	12.594
Comporta	5.101	170	-	5.271
Subestação unitária	8.682	-	-	8.682
Estrutura de tensão	753	-	-	753
Casa de força produção hidráulica	27.339	-	-	27.339
Reservatório, barragem, adutora	15.004	57	-	15.061
Outras máquinas e equipamentos	6.622	12	(27)	6.607
Imobilizado em curso	-	75	-	75
	<u>103.426</u>	<u>794</u>	<u>(28)</u>	<u>104.192</u>

	<u>31/12/2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>(-) Depreciação</u>				
Turbina hidráulica	(5.216)	(637)	-	(5.853)
Conduto forçado	(80)	(11)	-	(91)
Gerador	(4.052)	(419)	-	(4.471)
Comporta	(1.666)	(178)	-	(1.844)
Subestação unitária	(3.201)	(310)	-	(3.511)
Estrutura de tensão	(229)	(23)	-	(252)
Casa de força produção hidráulica	(5.648)	(546)	-	(6.194)
Reservatório, barragem, adutora	(2.890)	(290)	-	(3.180)
Outras máquinas e equipamentos	(2.280)	(246)	25	(2.501)
	<u>(25.262)</u>	<u>(2.660)</u>	<u>25</u>	<u>(27.897)</u>
 Imobilizado líquido	 <u>78.164</u>	 <u>(1.866)</u>	 <u>(3)</u>	 <u>76.295</u>

13. INTANGÍVEL

a) Composição do intangível

	<u>Taxa de Amortização</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Servidões	-	10	48
Software	20%	21	15
Medidas compensatórias	20%	814	628
Indenização de terras	-	5	5
Legalização de terras	-	78	91
Amortização acumulada		<u>(632)</u>	<u>(463)</u>
		<u>296</u>	<u>324</u>

b) Movimentação do intangível

2020

	<u>31/12/2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferência (*)</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Custo</u>					
Servidões	48	2	-	(40)	10
Software	15	6	-	-	21
Medidas compensatórias	628	186	-	-	814
Indenização de terras	5	-	-	-	5
Legalização de terras	91	-	(13)	-	78
	<u>787</u>	<u>194</u>	<u>(13)</u>	<u>(40)</u>	<u>928</u>
 <u>(-) Amortização</u>					
Software	(4)	(4)	-	-	(8)
Medidas compensatórias	(459)	(165)	-	-	(624)
	<u>(463)</u>	<u>(169)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(632)</u>
 Intangível líquido	 <u>324</u>	 <u>25</u>	 <u>(13)</u>	 <u>(40)</u>	 <u>296</u>

(*) Transferências entre contas do ativo imobilizado e contas do ativo intangível.

2019

	<u>31/12/2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Custo</u>				
Servidões	48	-	-	48
Software	6	9	-	15
Medidas compensatórias	462	167	(1)	628
Indenização de terras	5	-	-	5
Legalização de terras	89	2	-	91
	<u>610</u>	<u>178</u>	<u>(1)</u>	<u>787</u>
 <u>(-) Amortização</u>				
Software	(2)	(3)	1	(4)
Medidas compensatórias	<u>(397)</u>	<u>(62)</u>	<u>-</u>	<u>(459)</u>
	<u>(399)</u>	<u>(65)</u>	<u>1</u>	<u>(463)</u>
 Intangível líquido	<u>211</u>	<u>113</u>	<u>-</u>	<u>324</u>

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou os principais saldos e transações com partes relacionadas, e seus efeitos são assim demonstrados:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Passivo circulante - fornecedores</u>		
Brasil PCH S.A. (a)	228	22
 <u>Passivo circulante - dividendos a pagar</u>		
PCHPAR – PCH Participações S.A.	8.161	16.444

(a) Refere-se à gastos com serviços comuns entre as empresas, os quais são reembolsados através de notas de débito.

As práticas e condições das transações com partes relacionadas acima foram praticadas em condições acordadas com as partes.

Remuneração da Administração

No ano de 2020 a remuneração da Administração foi de R\$14 (R\$12 em 31 de dezembro de 2019).

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Imposto de renda e contribuição social a recolher	72	48
Outros tributos a recolher	<u>81</u>	<u>89</u>
Total	<u>153</u>	<u>137</u>

16. PROVISÕES PARA COMPROMISSOS FUTUROS

	31/12/2019	Adição	Reversão	Liquidações	Atualização financeira	31/12/2020
Compromissos socioambientais (a)	1.936	185	-	-	21	2.142
Provisão p/ medidas compensatórias (b)	184	186	-	(167)	1	204
Provisão p/ legalização de terras (c)	91	-	(13)	-	-	78
Provisão p/ indenizações de terras (d)	393	14	-	-	-	407
Total	<u>2.604</u>	<u>385</u>	<u>(13)</u>	<u>(167)</u>	<u>22</u>	<u>2.831</u>
Passivo circulante	184					205
Passivo não circulante	2.420					2.626

- (a) Provisão para compromissos socioambientais - quando da implantação das PCHs, foi enviado para os órgãos ambientais o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial ("PACUERA"), que prevê área total a ser reflorestada pela Companhia. Para cumprir as exigências do PACUERA, a Companhia precisa ainda adquirir, aproximadamente, 65,40 hectares de terras. Adicionalmente, a Companhia ainda precisa realizar o reflorestamento em, aproximadamente, 65,40 hectares. O PACUERA ainda está em processo de aprovação por parte do agente licenciador competente.
- (b) Provisão para medidas compensatórias - a licença de operação da Companhia foi obtida junto ao IBAMA/MG em 26 de junho de 2013, com prazo de 05 anos, sendo posteriormente prorrogada por prazo indeterminado, até a conclusão da análise do processo de renovação pelo Órgão Ambiental. Para obtenção da licença de operação, é necessária a realização de programas ambientais, tais como, programa de educação ambiental, monitoramento de fauna, proteção e manutenção de área de preservação, monitoramento de limnologia e qualidade da água, dentre outros.
- (c) Provisão para legalização de terras - a Companhia possui contratos particulares de compra e venda de imóveis próprios e de servidão em imóveis de terceiros, cujos registros de propriedade definitiva e de averbação, no Registro Geral Imóveis ainda precisam ser regularizadas.
- (d) Provisão para indenização de terras - para realizar a construção da PCH, foi necessário a aquisição por parte da Companhia de terras e servidões. No entanto, existem casos em que as partes envolvidas não chegaram à uma conciliação e, por isso, entraram em discussão judicial.

17. RECEITA DIFERIDA

(a) Composição da receita diferida

	31/12/2020	31/12/2019
Exposição ao MRE (a)	248	955
Revisão garantia física (b)	-	10.247
Total	<u>248</u>	<u>11.202</u>

(b) Movimentação da receita diferida

	31/12/2019	Constituição e atualização	Reversão	Realização	31/12/2020
Exposição ao MRE (a)	955	245	-	(952)	248
Revisão garantia física (b)	<u>10.247</u>	<u>1.341</u>	<u>(11.588)</u>	-	-
	<u>11.202</u>	<u>1.586</u>	<u>(11.588)</u>	<u>(952)</u>	<u>248</u>

	31/12/2018	Constituição e atualização	Realização	31/12/2019
Prêmio de Repactuação e exposição ao MRE (a)	6.014	3.475	(8.534)	955
Revisão garantia física (b)	<u>7.664</u>	<u>2.583</u>	-	<u>10.247</u>
	<u>13.678</u>	<u>6.058</u>	<u>(8.534)</u>	<u>11.202</u>

- (a) Prêmio repactuação do risco hidrológico – 2015/2020 e Exposição ao MRE – 2015 a 2019 e 2020 - vide maiores detalhes nas notas explicativas nº 1.1 e nº 1.2.
- (b) Garantia física - Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.3, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apropriou em contrapartida à rubrica de receita líquida de vendas, o montante de R\$11.588, até então registrados como receita diferida, em função da consolidação das jurisprudências favoráveis sobre discussões judiciais relacionadas a suspensão de determinadas portarias do MME que haviam reduzido a garantia física e o consequente reestabelecimento dos montantes originais de energia contratada. Neste sentido, a Administração, suportada pelo referido parecer, reconheceu o montante mencionado como receita uma vez que concluiu que os critérios de reconhecimento de receita estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente foram atingidos, é considerando que altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não deve ocorrer.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o capital social subscrito e integralizado é de R\$36.645 e está representado por 26.087.840 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pertencentes em sua totalidade à PCHPAR - PCH Participações S.A.

b) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, a qual não excederá 20% do capital social.

c) Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

Os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 foram calculados conforme segue:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício	33.214	18.224
(-) Reserva Legal (5%)	(574)	(911)
(=) Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	<u>32.640</u>	<u>17.313</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(8.160)	(4.328)
Dividendos intermediários distribuídos	-	(4.641)
Dividendos adicionais propostos	<u>(24.480)</u>	<u>(8.344)</u>

Em 10 de março de 2020 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO/AGE) a totalidade dos dividendos adicionais propostos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Dividendos a pagar

	<u>Valor</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	16.398
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	22.037
Dividendos pagos	<u>(21.991)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	16.444
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	16.504
Dividendos pagos	<u>(24.787)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>8.161</u>

19. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita bruta:		
Venda de energia elétrica	33.610	32.227
Ajustes:		
Ajuste à Tarifa de Energia de Otimização ("TEO")	707	(966)
Revisão de garantia física	<u>10.247</u>	<u>(2.583)</u>
	<u>10.954</u>	<u>(3.549)</u>
Deduções à receita bruta:		
PIS e COFINS Corrente	(1.226)	(865)
PIS e COFINS Diferido	<u>(400)</u>	<u>(182)</u>
	<u>(1.626)</u>	<u>(1.047)</u>
Receita líquida de vendas	<u><u>42.938</u></u>	<u><u>27.631</u></u>

20. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Despesas financeiras:		
Atualização financeira sobre a receita diferida e os compromissos futuros	(23)	(27)
Outras despesas	<u>(6)</u>	<u>(10)</u>
	<u>(29)</u>	<u>(37)</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações em renda fixa	42	188
Atualização depósito judicial	<u>4</u>	<u>2</u>
	<u>46</u>	<u>190</u>
	<u><u>17</u></u>	<u><u>153</u></u>

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2020		31/12/2019	
	IRPJ (*)	CSLL	IRPJ (*)	CSLL
Receita Corrente	33.610	33.610	32.225	32.225
Receita Diferida	10.954	10.954	(3.549)	(3.549)
Percentual para determinação da base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Rendimentos e ganhos de aplicação financeira	42	42	188	188
Outras receitas financeiras	4	4	2	2
Base de cálculo	3.611	5.394	2.484	3.631
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Imposto sobre o resultado	(903)	(485)	(621)	(327)
Diferença de alíquota (*)	24	-	24	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(879)	(485)	(597)	(327)
Correntes	(660)	(367)	(497)	(273)
Diferidos	(219)	(118)	(100)	(54)

(*) Até o limite de R\$240 a alíquota do IRPJ é de 15%.

Ativo fiscal diferido

O ativo fiscal diferido da Companhia é composto como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
PIS e COFINS diferidos	9	409
IRPJ e CSLL diferidos	8	345
	<u>17</u>	<u>754</u>

Os impostos diferidos foram constituídos em função das diferenças temporárias entre a energia gerada e efetivamente faturada. Esses impostos diferidos foram calculados utilizando as alíquotas com base no lucro presumido.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	31/12/2020	31/12/2019
<u>Ativos financeiros</u>		
Mensurados ao custo amortizado:		
Aplicações financeiras	2.139	1.292
Contas a receber	4.213	2.554
Depósitos judiciais	54	52
Outros ativos	6	3

31/12/2020 31/12/2019

Passivos financeiros

Outros passivos mensurados ao custo amortizado:

Fornecedores	273	58
Outros Passivos	734	-

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois o vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às dos balanços.

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros da Companhia, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou o cenário I de variação das taxas de juros CDI (2,75%), de acordo com a data de vencimento de cada operação. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários II e III, respectivamente.

<u>Operação</u>	<u>Exposição 31/12/2020</u>	<u>Risco</u>	<u>Impacto</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II (possível)</u>	<u>Cenário III (remoto)</u>
Aplicação financeira	<u>2.139</u>	Baixa do CDI	Redução de receitas financeiras	<u>59</u>	<u>44</u>	<u>29</u>

23. COBERTURA DE SEGURO

Seguro de responsabilidade civil

Em 28 de abril de 2020, a Companhia contratou cobertura de seguro no valor de R\$5.584 para indenizações por danos civis, com vigência até 28 de abril de 2021, decorrentes de sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora relativas a reparação por danos morais, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

Seguro de operação

Em 27 de junho de 2020, com vigência até 27 de junho de 2021, a Companhia renovou a cobertura de seguro para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras no montante de R\$159.145, lucros cessantes no montante de R\$34.076, linha transmissão R\$10.325 e Barragens R\$62.566.

A avaliação da Administração quanto à adequação das coberturas dos seguros da Companhia não foi examinada pelos auditores independentes.

24. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Constituição da provisão para compromissos futuros em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado e intangível	371	597
Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado e intangível	13	-
Aumento de indenização de terras em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado	14	12
Aquisição de imobilizado em contrapartida à rubrica de impostos	-	5
Reversão no custo em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado	2	69
Outras baixas de ativo imobilizado e intangível	7	-

25. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 8 de fevereiro de 2021.

Composição da Diretoria

Márcio Barata Diniz - Diretor

Rodrigo Caldas de Toledo Aguiar – Diretor

Contadora

Maria de Lourdes Moraes de Aguiar
CRC MG - 078189/O-5